

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

01 de julho de 2016 | Número 008

BOLETIM INFORMATIVO



O Brexit e o fim da identidade dos trabalhadores

A xenofobia é, sim, um fator, mas o centro da questão é a destruição do bem-estar social da classe trabalhadora

Rosana Pinheiro-Machado

Essa madrugada, para muitas pessoas no Reino Unido, foi um pesadelo. Bandeiras espalhadas pelas casas e gritos de alegria de vizinhos a cada voto para sair da União Europeia. Não sou europeia, mas a cada grito eu confirmava que Londres, Oxford e Cambridge são ilhas.

Nestes últimos anos, tive a oportunidade de viver o que os ingleses chamam com orgulho de ser a Inglaterra: o interior, especialmente ao norte. A cada grito me senti expulsa. A cada grito eu entendia que este não é o meu lugar. Era o grito engasgado de muitas famílias inglesas que conheci fora das ilhas.

Eu passei a madrugada acompanhando todos os debates em cada canto deste país. Nem vou citar aqui a questão da xenofobia – que é o tema mais discutido e mais óbvio da questão. A xenofobia é apenas um dos sintomas de uma grave crise que começou com o fim da classe trabalhadora (e sua capacidade de articulação) na Inglaterra desde os tempos de Thatcher.

Foram semanas de movimentação. Brigas entre amigos e familiares – nada que nós brasileiros não estejamos acostumados. Foi uma decisão emocional – como sempre é – baseada na raiva que assolou a classe trabalhadora inglesa.

Muitos gritaram “devolver o país aos ingleses”. É claro que a xenofobia é uma variável importante. Mas olhar só para ela é um erro imenso. O maior problema é a vida fodida da classe trabalhadora que perde seu estado de bem estar social. Aquela fase que o encanador tinha uma casa muito parecida com o do banqueiro acabou. Tudo acabou.

Mas o que acabou principalmente é a consciência de classe (sem levar muito a sério o conceito aqui, certo?) da classe trabalhadora, especialmente do norte do país que empobreceu. O desmonte da identidade de classe começou com Thatcher, que agiu no âmago da troca de subjetividades e do orgulho de classe.

Como diz o escritor britânico Owen Jones, romantizar o trabalhador de uma mina de ferro tampouco é o ideal, mas certamente a identidade negada da classe trabalhadora resulta não apenas na xenofobia, mas no ódio irrestrito à classe política e à própria classe trabalhadora. “O problema são os pobres” – gritava uma trabalhadora de uma universidade que ganha um salário mínimo e referencia-se aos camponeses.

Os trabalhadores mostravam rejeição a toda forma política. “Nós queremos chutar para fora todos os políticos” – mas, no fim das contas, chutou-se contra si mesmo, pois quem vai pagar a conta da recessão certamente é a classe trabalhadora.

Todas as comunidades pobres que votaram para sair anunciam que votaram porque não aguentavam mais austeridade – o que é uma loucura tremenda, mas que temos que ouvir e entender.

Temos, como no Brasil (pedindo desculpa por esta comparação rasa e anacrônica) uma massa perdida e revoltada e uma esquerda – o Partido Trabalhista – incapaz de reorganizar a classe trabalhadora.

Uma massa – como diria o historiador E. P. Thompson – cuja economia moral é defensiva. Ela age para não perder o que tem. É o que aconteceu aqui esta madrugada. As pessoas votavam – cegamente – pela sua vida empobrecida, mas movida pelo sentimento de ódio a tudo, muito bem aproveitado pela extrema direita, que agora se junta ao coro do “odiamos a política tradicional”.

Como sempre, são os mais fracos que vão pagar pelo desmonte do Estado britânico. Não tenho esperanças numa eleição de Jeremy Corbyn, o líder dos trabalhistas, ameaçado de perder o posto. A classe trabalhadora desde Thatcher odeia a si própria, assim como odeia o Outro. Projeta-se no mito do sucesso dos empreendedores ao mesmo tempo em que rejeita o imigrante.

Por fim, uma questão que não quer calar: Quem é de esquerda e acredita na democracia teve de se deparar com questões muito intrigantes nos últimos tempos do referendo. Eu tenho ouvido muitos políticos que admiro se perguntando “como dar uma decisão tão importante para o povo ignorante?”.

Este é o ponto central para todos aqueles que acreditam na democracia direta. Então, não se pode dar ao povo a decisão porque o povo é ignorante? Quando que pode se dar ao povo então a capacidade de decidir? Quando houver debates intelectuais? Quando isso vai acontecer?

Quando vai existir esse dia em que votaremos racionalmente e não com emoção? Quando teremos debatido o suficiente para escolher o rumo de um país? Eu tive que aguentar a noite vendo políticos trabalhistas dizendo que o povo era ignorante. Que paradoxo.

Esse tipo de questão abre diversas frentes de discussão que se referem ao próprio Brasil, sua democracia representativa e a possibilidade de chamar eleições novamente. Afinal, o povo é soberano ou não é? É um momento para pensar o que entendemos por democracia e, finalmente, olharmos seriamente para os anseios e as penúrias das classes trabalhadoras sacrificadas no Reino Unido, no Brasil e no mundo.

http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-brexit-e-o-fim-da-identidade-dos-trabalhadores?utm_content=buffer913b8&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer



Um estadista e um golpista

Antônio Eustáquio Ribeiro*

O Brasil tem perdido o protagonismo na América Latina em diversos aspectos observados. Já não somos mais os maiorais no futebol. Nunca fomos no IDH (índice de Desenvolvimento Humano). Também ficamos atrás quando o assunto é educação e acesso à leitura. Continuamos a ser a maior economia do subcontinente, porém, o respeito político, que projetou o Brasil no mundo, a partir de programas de estado que apontaram ser possível um mundo diferente como o Bolsa Família, está sendo indelevelmente destruído por um movimento de bastidores entre agentes políticos degenerados, que estão tentando solapar a democracia com um golpe branco encoberto por um falso manto jurídico. Desta forma, podemos assegurar, categoricamente que, no quesito respeito à democracia e ao estado de direito, demos um enorme passo para traz.

Dois fatos ocorridos num passado recente, nos últimos dois meses (Brasil) e na última semana (Colômbia) ilustra de forma cristalina como estamos perdendo protagonismo no campo democrático. Os dois fatos constituem um excelente exercício sociológico de se buscar a distinção entre a construção de um(a) estadista, e de um tirano(a) golpista.

Na Colômbia, o presidente conservador Juan Manuel Santos, cria política do ex-presidente Álvaro Uribe, de direita, distanciando-se da retórica belicista de seu mentor e antecessor, apoiando-se no desejo majoritário do povo colombiano e aos apelos do mundo civilizado, constrói um processo de pacificação no país, firmando um acordo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), pelo qual o grupo rebelde que atua há mais de 60 anos, deponha as armas e se integre à política, obviamente, tendo de ser observado pelo governo de Santos, uma série de reivindicações históricas do movimento revolucionário como a reforma agrária.

Já no Brasil, vemos um vice-presidente, Michel Temer, que, embora tenha um longo histórico de exercício parlamentar, se organizar com os conservadores do Congresso Nacional, ao grande empresariado e à mídia hegemônica burguesa, para promover um golpe congressual, tal como ocorreu há alguns anos no Paraguai. Perpetram um golpe apoiados em elementos pseudo-jurídicos para justificar a ruptura constitucional.

Ainda na Grécia antiga, berço do modelo de democracia que nos foi legado, Aristóteles afirma que o que um estadista mais quer produzir “é um certo caráter moral nos seus concidadãos, particularmente uma disposição para a virtude e a prática de ações virtuosas”. Por sua vez, Maquiavel aponta que “o estadista é adaptável às circunstâncias, harmonizando o próprio comportamento à exigência dos tempos”.

Observando atentamente o pensamento destes dois filósofos, se percebe a brutal diferença entre o que se passa na Colômbia, e o que se passa no Brasil. Naquele país andino ao norte do nosso, outrora marcado pelo estereótipo de fornecedor de drogas, em especial a cocaína, agora se vê um país que avança rumo à modernidade, com um governante que comece a angariar respeito mundial à vista de sua importante ação de estado, ao tratar um tema tão caro ao país com uma visão clara de se buscar o bem comum da sociedade, ou seja, um estadista.

Infelizmente não se pode falar o mesmo do Brasil, cujo presidente interino, se uniu ao que há de mais espúrio na sociedade brasileira, construindo uma verdadeira plutocracia em favor da defesa de seus interesses particulares e contra o interesse da sociedade. Por isto não resta outra definição a ser dado a este sujeito político chamado Michel Temer que não o de golpista.

* Conselheiro Fiscal do Sindicato dos Bancários de Brasília

Notícia

1,5 mil juízes assinam manifesto contra possível reforma trabalhista de Temer

Mais de 1,5 mil juízes do Trabalho associados à Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) aderiram ao manifesto dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho no qual criticam uma possível desconstrução do Direito do Trabalho no Brasil.

O documento inicial foi criado e assinado por 20 ministros do TST. Ele é apontado como uma resposta às propostas que estão sendo discutidas no governo do presidente interino Michel Temer, que planeja uma reforma previdenciária seguida de uma reforma trabalhista.

No documento intitulado *Documento em defesa do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho no Brasil*, os ministros afirmam que é preciso esclarecer a sociedade que a desconstrução do Direito do Trabalho será nefasta sob qualquer aspecto: econômico, social, previdenciário, segurança, político, saúde pública, entre outros tantos aspectos. Conforme os ministros, neste momento de grave crise política, ética e econômica, torna-se essencial uma reflexão sobre a importância dos direitos, em particular os sociais trabalhistas.

O posicionamento não é unânime no TST. Dos 27 ministros da corte, o manifesto conta com a assinatura de 20 integrantes. O próprio presidente do tribunal, ministro Ives Gandra Martins Filho, já afirmou, em entrevista à *ConJur*, que em tempos de crise econômica que a reforma trabalhista se faz mais urgente. “Dizer que em períodos tais, quando os trabalhadores estão fragilizados, não se devem promover reformas, é esquecer que também as empresas estão fragilizadas e quebrando, o que exige rápida intervenção para recuperar uns e outros. E isso só se faz afrouxando um pouco a corda que vai enforcando a todos, encontrando o ponto de equilíbrio de justa retribuição ao trabalhador e ao empresário empreendedor”, afirmou.

Na avaliação do presidente da Anamatra, Germano Siqueira, contudo, o apoio de 1,5 mil magistrados é simbólica e marca a posição majoritária da magistratura do Trabalho em defesa dos direitos sociais. “Qualquer outro discurso contrário a isso é inoportuno e representa grave ameaça aos alícerces e a um mercado civilizado e justo para todos. Toda e qualquer proposta de reforma deve observar a Constituição Federal, que prevê a construção progressiva de novos direitos no intuito de melhorar a condição social do trabalhador e não de reduzir as suas conquistas históricas e fundamentais”, explica.

As 1,5 mil assinaturas foram colhidas pela Anamatra em uma semana. Contudo, o documento continua aberto para novas adesões de juízes de todos os ramos do Poder Judiciário, membros de outras carreiras, instituições, acadêmicos, entidades da sociedade civil e outros interessados. Para manifestar o apoio basta encaminhar e-mail para presidencia@anamatra.org.br informando nome, cargo e instituição.

Leia a íntegra do documento em <http://s.conjur.com.br/dl/mil-juizes-aderem-documento-defesa.pdf>

<http://www.dtemdebate.com.br/direitos-sociais-15-mil-juizes-assinam-manifesto-contra-possivel-reforma-trabalhista-de-temer/>

Dicas

A crise do capitalismo financeiro vai ao cinema

Fluxos incessantes de dinheiro. Desigualdade. Democracia sequestrada. Paraísos fiscais. Ambição. Rebeldia. Como os filmes ajudam a enxergar as sociedades dominadas pelo mercado – e as possíveis saídas

Entender uma crise global não é tarefa fácil, mesmo para especialistas. (...) O cinema tem apresentado de forma brilhante e divertida muitas histórias sobre a economia e suas repercussões. A ideia aqui não é abordar todos os filmes que falam sobre economia e mercado financeiro, mas indicar algumas boas bras sobre o tema.

Leia mais em: <http://outraspalavras.net/capa/a-crise-do-capitalismo-financeiro-vai-ao-cinema/>



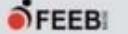
O documento alerta que o "golpe político ocorrido no Brasil em maio de 2016, fomentado pela elite patriarcal, conservadora e privatista, tem na educação um foco do retrocesso que deseja implementar". O texto do FPA Discute foi produzido por educadores e ativistas que compunham o quadro da Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação e apresenta um balanço das políticas educacionais de direitos humanos e cidadania que ocorreram e estavam em curso no país.

A publicação está disponível para download no link: <http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2016/06/fpa-discute-balanco-politicas-1.pdf>



**XXII CONGRESSO NACIONAL
DOS FUNCIONÁRIOS DO
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**

Dias 1 e 2 de julho de 2016 • Juazeiro do Norte • Ceará

8º Congresso Nacional
de bancárias e bancários do Banco da Amazônia

Belém/PA, 02 de julho – Sindicato dos Bancários do Pará

6º Eban 2016
6º ENCONTRO DOS BANCÁRIOS DE RONDONÓPOLIS E REGIÃO SUL DE MT

Emprego, Saúde, Segurança, Remuneração, Condições de Trabalho e Estratégia de Campanha

BANCÁRIOS
JUNTOS SOMOS FORTE 

Rondonópolis, 02 de julho – Clube dos Bancários

**A METAFÍSICA DO NEOLIBERALISMO
E A CRISE DE VALORES NO MUNDO**

2/7
9h às 12h30



PARTICIPAÇÃO: JUNG MO SUNG, MAGALI DO NASCIMENTO CUNHA, MARILENA CHAUÍ

LOCAL: FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA (FESP)
RUA GENERAL JARDIM, 522, VILA JARDIM, SÃO PAULO (SP)

PROMOÇÃO: FÓRUM 21  **TRANSMISSÃO AO VIVO:** 

**2ª MARCHA
EM DEFESA DO SUS**

**PARTICIPE DA MOBILIZAÇÃO CONTRA
O DESMONTE DA SAÚDE PÚBLICA**
6 DE JULHO - BRASÍLIA/DF

 **Conselho Nacional
de Saúde**

BOLETIM INFORMATIVO

TUXAUA
SECRETARIA DE FORMAÇÃO

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretária Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Samuel Bastos Macedo
Secretário de Relações Institucionais

Marlene Rodrigues Dias
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

Rose Lidyane Ramos de Souza
Secretária de Política de Igualdade

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

FETEC
Centro Norte

